RESOLUÇÃO PLENÁRIA 01/2021

Dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais no contexto da pandemia de COVID-19.

OS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES PREFEITOS, no uso de suas atribuições e em conformidade com as deliberações tomadas na 126ª Assembleia Geral Ordinária,

CONSIDERANDO que o Consórcio Intermunicipal Grande ABC desempenha o papel de órgão articulador e promotor de ações relacionadas a região do Grande ABC;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 64.994, de 28 de maio de 2020, que dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020 e institui o Plano São Paulo;

CONSIDERANDO o balanço do Plano São Paulo, que reclassificou as cidades da região do Grande ABC na Fase Amarela;

CONSIDERANDO os Decretos Municipais, que declararam o estado de calamidade pública no Município para enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus, reconhecida pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo conforme Decreto Legislativo nº 2.495, de 31 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 205 da Constituição Federal e os efeitos adversos à segurança, ao bem-estar e à proteção das crianças e adolescentes com a suspensão de aulas e demais atividades presenciais por longos períodos;

CONSIDERANDO a necessidade constante de garantir o adequado funcionamento dos serviços de saúde e permitir a retomada gradual e segura das atividades presenciais nas instituições de ensino localizadas na região do Grande ABC,

RESOLVEM:

Art. 1º. Autorizar a retomada das aulas e demais atividades presenciais na rede pública na região do Grande ABC e nas instituições privadas de ensino.

Art. 2º. Fica estabelecido, a contar de 18 de fevereiro de 2021, o retorno presencial das atividades escolares, de forma gradual, na rede de ensino privada, para os ensinos infantil, fundamental, médio e superior, do município.

Art. 3º. O retorno presencial das atividades escolares para a rede de ensino municipal e estadual, das cidades será de forma gradual, a partir de 1º de março de 2021, para os ensinos infantil, fundamental e médio.

Art. 4º. Caberá a cada município consorciado disciplinar em norma própria o disposto nesta Resolução, nos termos da Lei Orgânica Municipal (vide exemplo minuta de decreto anexa).

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Região do Grande ABC, 15 de janeiro de 2021

PAULO HENRIQUE PINTO SERRA
Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Prefeito do Município de Santo André